



Lola Geraldés Xavier¹

Resumo: Este texto pretende interrogar a ficção de João de Melo na sua relação com a História, nomeadamente com a guerra colonial portuguesa em Angola. Para isso, teremos em consideração o seu romance de 1984, *Autópsia de um mar de ruínas*. Analisaremos esse romance numa perspectiva semântico-gradativa a partir da significação alcançada na narrativa pelo Mar, pela Autópsia e pela Ruína. Esses temas, pela sua abrangência, permitem que *Autópsia de um mar de ruínas*, apesar de conter referências marcadas espacial e temporalmente, atinja a atemporalidade, pela descrição ficcional da guerra e suas consequências. Esse é um romance de denúncia da inutilidade dos conflitos armados, do seu absurdo e da perda da racionalidade.

Palavras-chave: guerra; subalterno; indiferença; medo; intertextualidade.

Abstract: This paper intends to question the fiction of João de Melo in its relationship with history, particularly with the Portuguese colonial war in Angola, in his novel *Autópsia de um Mar de Ruínas* (1984). We will review this novel in a semantic-gradual perspective from the achieved significance in the narrative by the Sea, by the Autopsy and the Ruin. By its coverage, these themes allow that *Autópsia de um Mar de Ruínas* achieves timelessness by the fictional description of war and its consequences, though it contains references marked spatially and temporally. This is a novel of

¹ Professora-adjunta da Escola Superior de Educação de Coimbra-Portugal. Doutora em Literatura Comparada de língua portuguesa. E-mail: lolaxavier@sapo.pt

denunciation of armed conflicts futility, its absurdity and the loss of rationality.

Keywords: war; subaltern; indifference; fear; intertextuality.

Ó mar,
Ó mar,
Ó mar profundo
Ó mar,
Negro altar
Do fim do mundo

Em ti nasceu,
Ó mar,
A noite que já morreu
No teu olhar.
(José Afonso, «Canção do mar»)

João de Melo (S. Miguel, 1949), escritor e ensaísta português, com vasta produção literária de mais de três décadas, sobretudo na década de 80 do século passado, traça em *Autópsia de um mar de ruínas* (AMR) um retrato cruel e realístico da guerra colonial em Angola. Mobilizado pelo exército, para África, onde prestou serviço como furriel-miliciano enfermeiro, essa dolorosa experiência foi fundamental para a escrita da sua obra, como refere em várias entrevistas.

Esse romance de 1984, uma nova versão mais trabalhada literariamente do romance *A memória de ver matar e morrer* (1977), abre perspectivas de intertextualidade e de reavaliação da História da guerra colonial portuguesa. O título remete-nos *ab initio* para a atmosfera infausta que percorre a totalidade da obra. A acção passa-se em 1973², no Norte de Angola, onde os combates entre a tropa portuguesa e a resistência angolana se intensificam a partir do final da década de 60. O leitor tem acesso quer à perspectiva dos habitantes civis angolanos de Calambata, quer à perspectiva dos militares aí sitiados.

² «Estava ali apenas para enriquecer com a possível decência e sem que alguém desse por isso. Para que haviam de servir doze anos de guerra, em comissões sucessivas (...)?» (AMR, p.169).

O valor documental³ da obra, enriquecido pela experiência do autor empírico e pela explicitação na dedicatória⁴ que abre o romance, resulta na intercepção de vários pontos de vista, visíveis, desde logo, na forma como se organizam os capítulos. Composto por 24 capítulos, o romance começa pelo espaço da tropa portuguesa e termina no espaço da sanzala dos civis africanos. Os capítulos que dizem respeito ao ponto de vista dos habitantes africanos de Calambata estão intercalados pelos capítulos em que se retrata a forma de sobrevivência dos militares portugueses⁵, dividindo-se o romance em doze capítulos para cada uma das perspectivas: a da tropa colonizadora e a dos autóctones colonizados. Há algo, porém, a unir os militares portugueses de baixa patente e os angolanos: a miséria, a fome, a animalização, o sentimento de injustiça, a aberração das consequências do colonialismo, a irresponsabilidade humana nas suas vertentes cívica e política e a faceta amoral do poder.

Essa preocupação em mostrar o ponto de vista dos dois grupos em contacto (os africanos a viver em Calambata e os portugueses aí a servir na tropa) evidencia o esforço de João de Melo em tentar compreender a identidade angolana e expor as realidades das facções em convívio, ambas com fragilidades, ambas com personagens ambivalentes, na sua bondade e maldade.

Nesse sentido, ao intercalar pontos de vista de narradores que compõem a cena diegética, são exploradas ficcionalmente as condições de vida dos africanos. O africano é mostrado como uma personagem esmagada pelo colonialismo, transplantado das suas terras do sul para um aldeamento do norte e vigiado pela polícia que facilmente exerce o seu autoritarismo por meio da violência. A fome e a consequente dependência das crianças aos restos da

³ João de Melo, a propósito do seu último romance, *O Mar de Madrid*, responde numa entrevista ao *Jornal de Letras* (2/3/2006): «Lido com verdades que mentem e com mentiras que dizem a verdade, para melhor serem ficção». Daqui resulta a base documental de parte da sua ficção.

⁴ «À memória dos que morreram em Calambata».

⁵ Se tivermos em consideração *Mayombe* (1980), de Pepetela, romance que retrata as relações humanas entre guerrilheiros do MPLA circunscritos à floresta de Mayombe, veremos o lado da resistência angolana, as várias formas de pensar, as susceptibilidades tribais, o olhar crítico lançado aos burocratas do MPLA, distantes da difícil realidade dos guerrilheiros, que escapa a este romance de João de Melo. A perspectiva em comum com *Autópsia de um Mar de Ruínas* e *Os Cus de Judas*, de António Lobo Antunes, prende-se com um exame crítico e psicológico da guerra em Angola, com o pânico da morte dos militares (angolanos e portugueses), com a solidão e com a incompreensão para com as crueldades da guerra.

comida dos soldados agudizam essa imagem de sujeição. Por conseguinte, ao africano, sob o jugo do colonialismo, apresentam-se-lhe quatro vias: junta à força de libertação, contra os portugueses; faz parte da Tropa Especial, lutando ao lado dos brancos; submete-se aos aldeamentos vigiados pelo colonizador e concentra-se em sobreviver, esperando pela independência, ou, aí, finge-se dominado pelos portugueses, mas serve de informador às tropas de libertação. Romeu é o exemplo da opção por esta última via. No final do romance, essa personagem, inesperadamente para o leitor, passa de africano apático e submisso a informador das tropas de libertação e, previsivelmente, é castigado até à morte pela tropa portuguesa, ainda que sem provas evidentes da sua traição.

No lado dos angolanos, considere-se algumas personagens, algumas delas adquirindo estatuto de narrador, como Natália, que representa a força e a determinação das mulheres inteligentes; Romeu, que representa o agente duplo; soba Mussunda, que caracteriza o desposamento do poder, mero fantoche nas mãos dos portugueses, tentando, todavia, manter uma certa dignidade para com os seus, ainda que a «Sua coragem [estivesse] definitivamente subjugada pelo jogo dos colonos» (AMR, p.256). Por outro lado, temos personagens que compactuam com o poder colonial, como Augusto, cozinheiro da tropa e símbolo da aliança com o opressor, por conveniência, e Bartolomeu, o bailundo que fazia reverência ao «Pai Branco» (AMR, p.67), mostrando falta de solidariedade para com os restantes africanos de etnias diferentes.

A dignidade roubada aos africanos vê-se, por exemplo, no episódio da compra do café por colonos brancos, pois estes adquirem o café aos negros a um preço inferior ao merecido, como se os brancos estivessem «todos combinados para roubar o preto» (AMR, p. 254). Para além disso, o episódio que se segue, dos mercadores portugueses a aproveitarem o dinheiro dos negros, aliciando-os com novidades, roupa, comida e bebida, sobretudo, evidencia a exploração das fraquezas dos negros despudoradamente, que Natália denuncia. A luta dos africanos civis contra os brancos mostra-se, assim, fracassada, pois, como Natália

reconhece, «os brancos estragaram a vida, comeram as forças todas dos homens» (AMR, p.34).

Por tudo isso, a imagem que os negros têm dos brancos não pode ser positiva. As negras, envelhecidas prematuramente, caracterizavam o abraço dos brancos como sendo: «sujo e mortal. Tem morte nele que nunca sai fora [...] Seu amor é morte apressada» (AMR, p.53). Os brancos são vistos pelos negros como «gente barriguda e avermelhada» (AMR, p. 253), vigarista (cf. AMR, p.263), cheia de manha, tentação e malvadez (cf. AMR, p.258).

O assédio e as violações dos brancos às negras são um exemplo do que fazia aumentar o ódio: «o ódio está já tão grande que parece é um desprezo e mais nada» (AMR, p.57). De facto, a abjecção da guerra e a consequente desumanização, as arbitrariedades, a violência gratuita para com os habitantes de Calambata instiga os negros a um surdo sentido de rebelião. O autoritarismo dos altos comandos e as brutalidades cometidas contra os africanos pela polícia política e por alguns elementos da tropa não apaziguavam a revolta silenciosa dos negros.

Em contrapartida, os negros são vistos pelos brancos como «molengões» (AMR, p. 253), sendo coisificados e despersonalizados: «" E querem isto a independência, vejam vocês!» (AMR, p.254). Nessa óptica, ambas as facções veem o grupo oposto de forma animalizada. Essa perspectiva, de sensação de onnipotência do colonizador, vem ao encontro da ironia feita pelo narrador onisciente em torno do furriel Tavares, que escrevia as suas memórias de guerra em duplicado, com um químico, três cartas por dia à mulher, como se se tratasse de um diário de campanha, intitulado «*De Como Nos Fomos A Eles em África e Asinha Os Tornámos Escravos Nossos E de Única Nossa Vontade*» (AMR, p.52).

Do lado dos portugueses, o alferes enfermeiro " como se se tratasse de um *alter ego* do autor empírico ", representa a consciência moral e incorruptível, na tentativa de preservar a decência e proteger os mais fracos, como os negros e os soldados. É a personagem que se apresenta mais humanizada e que serve de ponte entre os dois grupos, agindo, dentro do possível, como um protector dos negros. Mais abaixo, na hierarquia, Renato, um dos narradores principais, simboliza os militares anónimos que lutam no

mato, sofrem emboscadas, convivem constantemente com o terror de morrer e, quando morrem, caem no esquecimento do país. Apenas a família se lembra deles. Essa insignificância do soldado, visto apenas como mais um número, despersonalizado pelo esquecimento do seu nome, está bem sistematizada numa estrofe do poema «Romance de Pedro soldado», de Manuel Alegre: «Soldado número tal/ Só a morte é que foi dele./ Jaz morto. Ponto final./ O nome morreu com ele».

No lado oposto aos soldados, meros instrumentos de poder, situam-se os elementos da polícia, como o chefe Valentim, as chefias, os comandantes e «a indiferença insensível dos burocratas da guerra» (AMR, p.138). Estes, sendo apresentados de forma desumanizada, mostram indiferença e desrespeito pela vida humana. São eles que decidem sobre o rumo da guerra, alimentando uma ideologia balofa, decrépita e inconsequente. Assim, do lado português, os soldados opõem-se aos superiores hierárquicos, pois os soldados

tinham vindo ali parar, trazidos pela mãozinha rufiona do dever patriótico dos outros, dos outros que serviam a pátria à sombra das cidades [...], ganhando bom dinheiro, dormindo tranquilamente com mulher sua ou alheia; dos outros que planeavam surdamente a morte à distância e queriam mais e mais e sempre mais. (AMR, p.42).

A vivência da guerra é exposta a ridículo pela disciplina militar despropositada e desadequada ao cenário de guerra, na incompreensível mecanicidade dos rituais marciais. É exemplo disso o jovem militar que se vê humilhado e insultado pelos superiores, como acontece com o furriel enfermeiro obrigado a cortar o cabelo, por não ter a «gadelha nos termos regulamentares» (AMR, p.174). Alguns militares sentem-se arma e “dejecto” da ideologia colonial, mostram-se descaracterizados e revelam sentimento de incompreensão para com a vida que levam.

Se nos ativermos ao título da obra, poderemos considerar uma gradação descendente de valor disfórico,

que vai do Mar, elemento associado à geografia e História de Portugal, geralmente percebido como elemento positivo, para a Autópsia e as Ruínas, como formas aniquiladoras de não-ser e não-estar de um país e dos seus habitantes. Nesse sentido, vejamos em que temáticas assenta essa gradação.

Mar

A evocação do mar acontece pela primeira vez no «capítulo nono», aquando de uma emboscada: comparado à terra, o ruído das metralhadoras e dos morteiros «soa um pouco de memória, mas é tão-só a terra enchendo-se de feridas, crateras, fissuras enormes “ como o mar [...] ainda e sempre como o mar dos Açores, bramindo na sua pólvora branca» (AMR, p. 114).

O mar serviu como elemento condutor da cultura portuguesa, sobretudo através da língua. A língua que, nos capítulos sobre a vida na sanzala, em que o narrador onisciente intercala com Natália, apresenta-se numa forma de «português desgramatizado» (AMR, p.71), em que a concordância verbal entre sujeito e predicado se desvia da norma padrão e a escrita tenta imitar a oralidade do português africanizado. A adopção da cultura ocidentalizada verifica-se também nos nomes das personagens africanas: Natália, Romeu, Sebastião, Josefa, por exemplo, em oposição aos nomes africanos dos mais velhos: soba Mussunda e vavó Katuela. No entanto, a cultura ensinada era a que ia ao encontro do regime português da altura e da ideologia do colonialismo. Faz-se, pois, ironia com o ensino ideológico que se praticava: «sô pressora Tina, lá na escola, costumava sempre dizer a razão estava justa: Angola era Portugal» (AMR, p.78).

Por seu turno, nos capítulos sobre a vida dos militares portugueses, a linguagem torna-se vulgar, disfemística, como forma de exorcizar a realidade irreal da guerra, por meio da nomeação de obscenidades⁶.

O mar é simultaneamente imagem de vida e de morte⁷. Se nas epopeias de exaltação aos descobrimentos o mar

⁶ Semelhante, por exemplo, a *O cus de Judas*, de António Lobo Antunes.

⁷ Cf. Chevalier e Gheerbrant (1994, p.439).

era símbolo de esperança e regozijo, nas narrativas da segunda metade do século XX o mar parece expelir o que de negativo foi acumulando ao longo dos séculos, tornando-se metáfora para o *locus horrendus* das consequências da expansão portuguesa, tema também presente, por exemplo, em *As naus*, de António Lobo Antunes.

Autópsia de um mar de ruínas permite não só uma perspectiva histórica da guerra colonial portuguesa, enriquecida por tentar abranger as duas realidades em confronto, mas também por permitir uma reavaliação metafórica da epopeia expansionista portuguesa e por fazer uma crítica ao fascismo. O título, centrando o elemento 'mar', permite ao longo do romance estabelecer várias intertextualidades a propósito da identidade portuguesa.

Em *Autópsia de um mar de ruínas*, o mar é de «rémoras» e de «lodo» (AMR, p.125); acolhe a morte como uma «paisagem naufragada no mar» (AMR, p.127). É um mar de «quinhentos anos e outros tantos dias» (AMR, p.132), é um mar que deu a sensação de onipotência aos portugueses, estabelecendo-se uma intertextualidade com *Os lusíadas* (VII: 14) para mostrar ironicamente o ridículo do esforço dos séculos passados: «E Se Mais Mundo Houvera Lá Chegara» (AMR, p.133). A ideia do peso da história concentra-se também na figura do padre, símbolo da tentativa portuguesa de evangelização nas terras colonizadas, que parece «um homem de quinhentos anos, de um país que se voltara na direcção de um mar inocente» (AMR, p.165). É um mar que não levou o desenvolvimento de forma sustentável aos povos colonizados, a prová-lo veja-se a imagem de pobreza das cubatas de Calambata, apresentadas como «um barco sem mastros, à beira de naufragar» (AMR, p.65).

Ao longo do romance, a visão sobre Portugal é disfórica; trata-se de um país como «um coro sem órgão» (AMR, p.287), que se converteu aos poucos num «asiló de velhos» (AMR, p.287), «porque todo o destino deste país de corvos e cornos nos puxa para África» (AMR, p.93). Assim, aquando do momento da partida dos soldados no aeroporto, «Mães-amantes choravam agarradas aos pilares, o corpo das manas estava trémulo, os amigos e os irmãos diziam piadas sem gosto» (AMR, p.93). Essa despedida faz lembrar

o choro das mães e as «noivas por casar», de «Mar Português», de Fernando Pessoa. Mais à frente é evidenciada a responsabilidade do regime pelos mortos produzidos pela guerra. O narrador mostra ironia, por meio dos adjectivos e do advérbio de modo: «era certo e seguro que o ministro mandaria um telegrama de condolências à família: *grande, grande* é a nossa pátria porque tais filhos ela tem; as corajosas mães que choram são o vivo exemplo de que Portugal é o país *eterno*; a nossa juventude morre *generosamente* nas distantes partes de África, mas vive no coração dos que melhor amam o seu povo» (AMR, p.144, sublinhados nossos). Vem ao encontro dessa apologia do sacrifício pela pátria o discurso do comandante após a morte de nove homens do batalhão numa emboscada, que «pensava aproveitar a oportunidade para discursar terrivelmente acerca da pátria viva e sempre imortal; da pátria que se cobria de glória, por cada soldado tombado ao seu serviço e em sua defesa, ideal supremo» (AMR, p.176). Mais uma vez, o narrador onisciente usa a ironia para ridicularizar a insensibilidade e a irresponsabilidade dos burocratas face à morte dos seus homens na guerra. O discurso desse comandante, de apelo ao ódio para com os negros, termina numa incitação teatral de hino: «Matá-los-emos todos, sem dó nem piedade, como nos ensinaram os nossos antepassados. Viva Portugal em Angola!» (AMR, p.178).

Os militares têm consciência da morte inglória a que o país os obriga, deixando de acreditar nesse tipo de pátria. As inscrições fúnebres previstas por Renato, em maiúsculas, no final do «capítulo vigésimo terceiro», estão em conformidade com este descrédito, insistindo no campo lexical da morte, pois Portugal e os portugueses fundem-se no mesmo destino: «VAI MORRER UM PAÍS QUE MATOU UM MILHÃO E QUINHENTOS MIL HOMENS NA GUERRA. COMO SERÁ A SUA MORTE?» (AMR, p.293).

À medida que a guerra avança e as frentes de libertação angolana ganham consistência, o país mostra-se expectante, cada vez mais vigiante e repressor, evidenciando desespero de causa e dando a entender que o regime «corria perigo e estava, ele mesmo, em desespero de causa» (AMR, p.95). Nesse cenário, os soldados esperam que «aconteça

uma Grande Coisa no país, porque quando um país fica assim amarelecido, com um ar de outono sem remédio, é porque há-de estar para acontecer-lhe uma Grande Coisa» (AMR, p.95). A repetição irónica dessa ideia faz-se quando o furriel enfermeiro se vê rodeado de companheiros mortos numa emboscada:

Pensava de novo nos pássaros da sua infância, na voz longínqua do mar do seu destino. Pensava que boa parte da sua vida se fora já com a esperança de que pudesse um dia acontecer-lhe uma Grande Coisa, talvez uma primavera nunca igual ou um fruto bem à medida da sua sede. [...] Tenho o meu destino de mar a cumprir, sou um homem do seu sal e da sua profundidade. Ouço-lhe a voz e sei que a ouvirei sempre enquanto estiver longe dele. (AMR, p.143).

Nesse sentido, todo o romance parece ser uma confirmação da perplexidade e das interrogações do Velho do Restelo: «A que novos desastres determinas/De levar estes Reinos e esta gente?/Que perigos, que mortes lhe destinas,/Debaixo de algum nome [sic] *preminente?*» (*Os Lusíadas*, IV, estrofe 97).

Portugal apresenta-se, assim, como uma «pátria em crise» (AMR, p.22), traiçoeira e enganadora. Um país ironicamente percebido por meio dos seus poderes políticos, Salazar e Américo Tomás (AMR, p.43), um país que se sumia nos

numerosos amigos americanos a quem a *gloriosa* política de Portugal em África infundia uma *excepcional* admiração, país *tão pequeno*, esse, *tão* cheio de merda *atómica* nas suas praias, mas *tão tenaz* na sua resistência ao comunismo internacional. (AMR, p.44, sublinhados nossos).

Veja-se a ironia conseguida por intermédio do uso de adjetivos e da repetição do advérbio de intensidade.

Autópsia

Autópsia de um mar de ruínas revela, pois, um exame da guerra colonial portuguesa em Angola, permitindo uma análise psicológica do militar português subalterno por meio de uma crítica severa à ideologia da época e aos que a alimentavam (os representantes do regime, os burocratas etc.).

Aos soldados resta apenas a dignidade do desejo de continuarem vivos; no entanto, essa dignidade é corroída pelas circunstâncias de guerra. É também pelo direito à dignidade que lutam os habitantes de Calambata, animalizados pela polícia portuguesa e castigados por esta, sempre pronta a chicoteá-los. É, no entanto, uma dignidade roubada ao soba que se apresenta velho e com medo da polícia portuguesa, logo respeitoso para com ela. O momento de maior dignidade apresentado no romance dá-se no final do segundo capítulo, quando o soba tenta libertar Romeu dos maus tratos de Valentim⁸, o chefe de polícia, e é, ele próprio, pontapeado; responde com o silêncio, mostrando-se indefeso e conformado.

Mais à frente, Romeu afirmará: «vida de preto é pior que estrume. Coisa suja onde o branco não vai pôr nunca a mão mas só o chicote e a voz que manda para exigir obediência, sem condições» (AMR, p.121). Como já referimos, o ódio dos negros pelos brancos é justificável pelas acções arbitrárias destes: tiraram-lhe as terras, a liberdade, violaram as mulheres, exploraram, bateram, alimentaram a fome. Não podemos, porém, esquecer que, em Portugal, a situação de miséria não era diferente, pois, como afirma uma personagem de *O manual dos inquisidores*, de António Lobo Antunes: «como se morrer de fome onde [Cova da Piedade] os pretos somos nós fosse melhor do que morrer de fome onde [Luanda] os pretos são outros» (*O manual dos inquisidores*, p.212). A miséria não era, de facto, diferente para a generalidade dos portugueses em Portugal, nem em Angola, e na obra insiste-se nas condições de fadiga, sede,

⁸ O castigo de Valentim, como se de uma justiça divina se tratasse, não tarda a acontecer. Após ter sido o responsável pela capotagem de um jipe com crianças, quando morre Júlia, pede destacamento para uma sanzala mais a sul, mas acaba morto «por uma emboscada de um só tiro...» (AMR, p.224). As reticências fazem prever que terá sido um assassinato, e não uma emboscada, resultado das inimizades que colecionara entre os negros.

fome e medo a que se submetiam as patrulhas portuguesas pelo mato.

O romance constrói-se nos contrastes opressor/oprimido; subjugador/subjugado; rico/pobre. Esses contrastes entre a pobreza e a riqueza continuam empiricamente actuais, sobretudo na Angola hodierna:

mulheres essas que traziam pela mão crianças cor de lama e em cujo rosto se surpreendia as crateras da fome iludida na sua ingenuidade; depois, eram os bairros lavados dos brancos. [...] o silêncio dos ricos, os carros exageradamente luxuosos e quase funerários dos ricos de toda a parte do mundo. (AMR, p.86-87).

Na gradação que estamos a analisar, destaca-se o episódio em que o jipe cheio de crianças capota e provoca a morte de Júlia Doke. A sua autópsia é feita pelo delegado de saúde, que chega no dia seguinte, e pelo furriel enfermeiro «debaixo de uma árvore, à vista de toda a gente, e toda a sorte de insectos pousava na carne semiapodrecida do cadáver trucidado» (AMR, p.224). Sendo as crianças «a explicação do mundo» (AMR, p.221), como se refere neste «capítulo décimo sétimo», esse episódio é particularmente simbólico, pois representa a banalização da morte e a insensibilidade para com o valor da vida. Na verdade, a morte e o sofrimento, pela repetição e pelo hábito, provocam indiferença. Assim, face aos feridos e aos mortos, resta a insensibilidade (cf. AMR, p.245) que as personagens demonstram.

Vem nesse sentido a intertextualidade com o capítulo XI da *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes, em momentos de morte iminente para os soldados: «É só preciso chegar depressa, acudir aos nossos e à sua perdição, aos nossos, aos nossos, acudamos prestes que matom o meestre, que os matom todolos nossos e pronto nom serão vivos...» (AMR, p.116). Por meio da repetição intensifica-se a angústia e a inquietação, apelando-se à união e à solidariedade, devido à necessidade de acordar as consciências contra a morte e na tentativa de reunir as hostes numa só direcção de

interesses pelo Bem do país, como aconteceu no último quartel do século XIV.

Esse é, assim, um romance sobre a vivência agônica, a sensação física e psicológica da morte, a neutralização da importância do ser humano, reduzido à sua condição física efêmera e frágil. O descrédito pela guerra é acentuado pela ironia presente, por exemplo, nas inscrições nas paredes, repetidas ao longo do romance, quer do lado dos brancos, quer do lado dos africanos: «É PROIBIDO DIZER QUE HÁ GUERRA» (AMR, p.51, 108, 194); «SANZALA DA PAZ “ POVO RECUPERADO» (AMR, p. 81 e 250).

Ruínas

Esta nossa análise gradativa de elementos de *Autópsia de um mar de ruínas* culmina no sentido das ruínas, no sentido da decadência de ideologias, da destruição do espaço físico e psicológico que envolve os dois grupos em convívio e, finalmente, da degradação da mente e do corpo das personagens.

A relação com o título do romance é explícita uma só vez. A expressão é usada quando o furriel Borges aparece «como se emergisse do fundo de um mar de ruínas» (AMR, p.127), após a descoberta dos soldados portugueses mortos numa emboscada.

A solução apresentada no romance pelos comandantes visava responder à guerra com mais guerra, sem se importarem com a morte de soldados: «Matem-se, porém, todos os meninos de suas mães, para que assim a víbora desta revolta se ache asinha vencida e fatigada de morrer» (AMR, p.167). A intertextualidade com «O menino da sua mãe», de Fernando Pessoa⁹, é aqui evidente, enfatizando a intemporalidade da temática da morte de jovens inocentes. O narrador denuncia a responsabilidade dos “senhores da guerra” nas atrocidades cometidas, pois o importante para os comandantes era que pudesse acontecer «Grandes Coisas de bem e riquezas e honras», como já alertara o Velho do Restelo (cf. *Os lusíadas*, IV, estrofe 95),

⁹ «No plaino abandonado/ Que a morna brisa aquece,/ De balas traspassado/” duas de lado a lado “,/ Jaz morto e arrefece./ [...] / Jaz morto, e apodrece,/ O menino da sua mãe», Fernando Pessoa, «O menino da sua mãe».

indiciando que em quinhentos anos nada mudou na natureza humana.

Nesse cenário funesto de conflito, um dos elementos simbólicos explorado na obra é o corvo. Este assume na narrativa um simbolismo negativo, no sentido de mensageiro da morte, em que se tornam os «americanos [que] fazem disto uma guerra de saldo» (AMR, p.21) e os elementos da política política (AMR, p.95).

É todo esse ambiente de morte que se vai agudizando assim que caminhamos para o final do romance, quer da parte dos africanos, quer dos portugueses. Apesar de Natália ter pensado, logo no capítulo segundo, que «gostava de ver ainda o dia do seu marido revoltar nos brancos» (AMR, p.33), essa personagem está longe de imaginar que o seu desejo se irá realizar no final de forma trágica.

A morte é também uma realidade constante para os militares, que se tornam mortos-vivos: «A guerra era a única, a inacreditável realidade do tempo e do mundo. Além disso todos estavam em dúvida acerca de tudo. Permaneciam despertos, mas confundiam a vida com o pesadelo dos mortos» (AMR, p.179). O soldado Ricardo filosofará igualmente: «Nunca mais seremos os mesmos homens» (AMR, p.202, 203). Desta forma, a consciência da alteração provocada pela guerra, no eco repetido das suas palavras, evidencia o absurdo da vida.

A expressão do desejo dos militares, acicatada pela solidão, no assédio às africanas, na evocação da mulher-amada, atinge particular destaque com a aproximação da morte, na repetição agónica do cabo enfermeiro Couto para o furriel enfermeiro: «Três filhos, furriel. E uma mulher» (AMR, p.136) e nas cartas de amor que Renato idealiza e, em particular, na que fecha simbolicamente o penúltimo capítulo, quando essa personagem se prepara para morrer: «ferido de morte, penso. Digo ferido de morte porque os meus vinte dedos, amor, começam a sofrer do azul insofrimento da terra. [...] Amor, eu não sei se se dói» (AMR, p.292-293). A carta de amor que Renato escreve termina ainda de forma elucidativa em relação a este aspecto: «É o que escrevo aqui, sentado na noite. No sítio onde estou, amor. De frente para os mortos que cercam Calambata cercada de guerra pelo norte. A pensar, amor, que há em mim um morto que não morre»

(AMR, p.276). Essa morte psicológica transformar-se-á em morte física à medida que, simbolicamente, o mar é substituído pelo pântano da existência, pelo espaço psicológico:

De modo que aos poucos fomos ganhando este aspecto de náufragos do pântano, com a lama a crestar-se-nos no corpo “ e, assim, agora a morte é o crescimento do musgo: a minha pele transformou-se em escamas de peixe e todo eu sou decerto um anjo oceânico que não soube nem pôde escapar à guerra. (AMR, p.285).

Assim que a morte se aproxima, Renato vê-se a tornar-se «leve como um pombo, amor, como o menino que nunca viu o mar de perto, sendo de morte as suas águas tão brancas, caladas, deslizantes...» (AMR, p.293).

O desânimo e a amarga experiência das personagens conferem à narrativa uma marca anti-heróica, também patente de forma paródica em *As naus*, de António Lobo Antunes. O sentido trágico da existência atinge assim o clímax no final do «capítulo vigésimo terceiro», em que morre Renato.

Autópsia de um mar de ruínas é, assim, um romance atemporal, pelas sinestésias de guerra que congrega: a perspectiva é a da guerra colonial portuguesa no norte de Angola, mas o medo da morte, a solidão, as hierarquias militares, burocráticas e paralisantes são factores de todos os confrontos. É um conflito que conduz a transformações psicológicas, que animaliza o colonizador e o colonizado, que mostra a indiferença para com o sofrimento dos angolanos e dos subalternos em geral. É um romance contra «toda a inspirada indústria de uma guerra» (AMR, p.43).

Essa narrativa contribui para uma nova tomada de consciência de valores invertidos durante a guerra, para a reanálise da história colonial e, por arrastamento, dos descobrimentos portugueses, no que de violento tiveram, o que vem ao encontro de *As naus*, enquanto desmistificação desse período considerado ainda glorioso por alguns portugueses contemporâneos.

Autópsia de um mar de ruínas parece, por conseguinte, responder negativamente à questão colocada por Fernando

Pessoa, em «Mar Português»¹⁰: «Valeu a pena?». João de Melo parece querer dizer com esse romance que nem tudo vale a pena, mesmo quando a alma não é pequena.

Referências Bibliográficas

ALEGRE, M. *30 Anos de poesia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.

ANTUNES, A. L. *Os cus de Judas (edição ne varietur)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2004.

_____. *As naus (edição ne varietur)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2006.

_____. *O manual dos inquisidores (edição ne varietur)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2005.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. *Dicionário de símbolos*. Lisboa: Teorema, 1994.

LOPES, F. *Crónica de D. João I*. Barcelos: Editora Livraria Civilização, 1994. v.1.

DIAS, E. M. A novelística das guerras coloniais portuguesas, *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2845.pdf>> Acesso em: 30.mar.2010.

DUARTE, M. M. S. *Autópsia de um mar de ruínas: a ficção na senda da história*. In: MARINHO, M. de F. (Org.) *Actas do Colóquio Internacional Literatura e História*. Porto: Faculdade de Letras do Porto, vol. I, 2004.

DUTRA, R. L. O universo mítico das águas e suas refrações na ficção contemporânea: uma leitura de narrativas de João de Melo, Lobo Antunes e Pepetela. *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades*, v.3, n.X, out-dez 2004. Disponível em: <http://www.unigranrio.br/unidades_acad/i hm/graduacao/letras/revista/numero11/textorobson4.html>. Acesso em: 30.mar. 2010.

_____. Entre o mar português em ruínas e as ondas da resistência angolana. In: LARANJEIRA, P.; SIMÕES, M. J.; XAVIER, L. G. (Orgs.) *Estudos de literaturas africanas: cinco*

¹⁰ «Ó mar salgado, quanto do teu sal/ São lágrimas de Portugal! [...] Valeu a pena? Tudo vale a pena/ Se a alma não é pequena» (Fernando Pessoa, «Mar português»).

povos cinco nações. Lisboa: Novo Imbomdeiro, 2007. p.692-699.

FANON, F. *Les damnés de la Terre*. Paris: La Découverte, 2002.

HALL, S. *A Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997.

HERNÁNDEZ, R. La proyección semântica de las unidades gramaticales dependientes en el discurso literario postcolonial de lengua portuguesa. In: *Actas del XXXV Simposio Internacional de la Sociedad Española de Lingüística*. León: Universidad de León, 2006. <<http://www3.unileon.es/dp/dfh/SEL/actas/Hernandez.pdf>>. Acesso em: 30 març. 2010.

MELO, J. de. *Autópsia de um mar de ruínas*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

_____. (Org.) *Os anos de guerra 1961-1975: os portugueses em África: crónica, história e ficção*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

_____. Um (novo) romance peninsular (entrevista). *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Lisboa, 2 març. 2006.

PEPETELA. *Mayombe*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2002.

PESSOA, F. *Mensagem*. Braga: Angelus Novus, 1994.

PESSOA, F. *Poesia do eu*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2006.

SANTOS, M. A. J. C. D. Um verdadeiro mar de ruínas. *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades*, v. 3, n. X, jul-set 2004. Disponível em: <http://www.unigranrio.br/unidades_acad/i hm/graduacao/letras/revista/numero10/textojane.html>. Acesso em: 29.mar. 2010.

TEIXEIRA, R. de A. *A guerra colonial e o romance português*. Lisboa: Editorial Notícias, 1988.

Aceito: 03.06.2010

